

## **“PERÍCIA NÃO É POLÍCIA”:**

### **A construção identitária dos servidores do departamento de criminalística do instituto-geral de perícias do rio grande do sul**

## **“EXPERTISE IS NOT POLICE”:**

### **Employee Identity Building At The Department Of Criminal Justice Of The Rio Grande Do Sul General Institute Of Legal Examinations**

## **"LA EXPERIENCIA NO ES LA POLICÍA":**

### **La Construcción De La Identidad De Los Servidores Del Departamento De Criminología Del Instituto De Habilidades Generales De Rio Grande Do Sul.**

Neusa Rolita Cavedon<sup>1\*</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo geral compreender e interpretar como é construída a identidade dos servidores do Departamento de Criminalística vinculado ao Instituto-Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul. A base teórica sobre identidade utilizada centrou-se nos autores “relacionistas” que enfatizam a interação indivíduo-contexto na construção das identidades afirmadas ou reprimidas e negociadas de modo dinâmico. No que concerne ao método, a pesquisa de cunho qualitativo, teve por técnicas entrevistas semi-estruturadas, em profundidade, realizadas com sete servidores e observação simples. Os resultados apontam para uma identidade de significado positivo que se dá pela via da ciência, da “busca pela verdade, para fazer justiça”, e de identidades que revelam significados negativos, reais ou imaginários, tais como “ilustres

---

<sup>1</sup>Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS e Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS. Professora Adjunta da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Departamento de Ciências Administrativas. Av. Washington Luiz n. 855, sala 431 - Centro - Porto Alegre, RS - Brasil. CEP: 90010-460. E-mail: [nrcavedon@ea.ufrgs.br](mailto:nrcavedon@ea.ufrgs.br)

desconhecidos”, “não identidade”, decorrentes do estigma imputado pela sociedade e pela relação, sujeito – objeto, construída com a polícia.

Palavras-chave: perícia, identidade, estigma

### **Abstract**

This paper intends to analyze and understand the identity-building process of employees at the Department of Criminal Justice of the Rio Grande do Sul General Institute of Legal Examinations. The theoretical basis on identity was focused on “relationist” authors who work with the individual-context interaction in the building of identities that are either expressed or repressed and dynamically negotiated. The methodology included qualitative research using in-depth semi-structured interviews performed with seven employees, and simple observation. Results indicate an identity with positive meaning that is built through science and the “search for truth to do justice”. Also, there are identities that reveal negative meanings, either real or imaginary, such as “illustrious unknown” and “no-identity”, as a consequence of a socially imputed stigma and the subject-object relationship with the police.

Keywords: legal expertise, identity, stigma

### **Resumen**

Este trabajo se propone analizar y comprender el proceso de construcción de la identidad de los empleados en el Departamento de Justicia Criminal de Río Grande do Sul, Instituto General de los Exámenes Legales. La base teórica sobre la identidad se centra en los autores "relacionistas" que trabajan con la interacción individuo-contexto en la construcción de identidades que se han expresado, reprimido o negociado de forma dinámica. La investigación se desarrolló con una metodología cualitativa en profundidad basada en entrevistas semi-estructuradas

realizadas a siete empleados, y la observación simple. Los resultados indican una identidad con sentido positivo que se construye a través de la ciencia y la "búsqueda de la verdad para hacer justicia". Además, hay identidades que revelan significados negativos, ya sea real o imaginario, como "ilustres desconocidos" y "no-identidad", como consecuencia de un estigma social imputados y la relación sujeto-objeto con la policía.

Palabras clave: asesoramiento jurídico, la identidad, el estigma

## **Introdução**

Nós acordamos diariamente e, após a higiene e o café matinal, a leitura do jornal nos coloca face a face com as mazelas da sociedade. O rádio, a televisão e a Internet igualmente nos trazem os últimos acontecimentos, dentre eles, crimes de toda a ordem. Em certas manchetes a denúncia sobre a ineficiência de algum órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública, tais como a polícia que não conseguiu prender o ladrão ou não atendeu a algum chamado, a perícia que não compareceu ao local do acidente de imediato. Essa visibilidade negativa não informa sobre as condições físicas e emocionais daqueles que atuam na área de segurança. É certo que de tempos em tempos, vem a público as precárias condições sobre as quais esses servidores atuam, mas ainda assim prevalecem as cobranças.

Diante desse quadro torna-se instigante lançar um olhar para dentro das instituições que operam como mediadoras entre o cidadão e a ordem pública. No caso do Rio Grande do Sul, a polícia civil e mesmo a Brigada Militar (polícia militar) já foram contempladas com estudos (Barcellos, 1999; Consul, 1999; Gonçalves, 2000; Santos Filho, 2000; Gomes, 2002; Hagen, 2005) sobre as atividades exercidas por aqueles servidores lotados nos respectivos órgãos. Mas

uma parte importante do trabalho realizado no âmbito da segurança pública gaúcha permanece recôndita (encontramos apenas um trabalho: Griza, 1999), estamos fazendo menção ao trabalho da perícia.

A reduzida produção de pesquisas por parte da academia brasileira concernente ao trabalho da polícia (e que podemos estender para a perícia), na opinião de Toigo (2003), representa um descaso e uma falta de reconhecimento em relação a esse assunto, posto que a polícia só é lembrada quando é responsável ou coadjuvante em acontecimentos político-históricos e quando atua como repressora. Para se engajar em pesquisas versando sobre a polícia, afirma Toigo (2003), é preciso deixar o glamour e os pré-conceitos de lado. Salientamos que o mesmo deve acontecer em relação aos trabalhos da perícia.

O trabalho da perícia na maior parte das vezes é percebido pela sociedade como um trabalho de polícia. A mídia impressa e eletrônica muitas vezes contribui para que o equívoco seja mantido. Temos o exemplo de uma matéria veiculada em um jornal diário do Rio Grande do Sul. Na matéria de capa que fazia menção a um incêndio ocorrido em um shopping da capital gaúcha, havia o registro de que o Departamento de Criminalística - DC (departamento do Instituto-Geral de Perícias - IGP) enviara uma equipe ao local do sinistro para fazer a perícia. Porém, na parte interna do jornal era possível ler a seguinte matéria:

Centenas de pessoas, em sua maioria moradores do bairro Floresta, além dos lojistas, aglomeraram-se, na manhã de sábado, para acompanhar a movimentação em frente ao Shopping Total, que foi parcialmente destruído em um incêndio que começou no final da noite de sexta-feira. Os bombeiros realizaram o trabalho de rescaldo para permitir o início da perícia da Polícia Civil, que vai investigar as causas do incêndio. (Correio Do Povo, 22/07/2007).

A polícia civil, no caso acima relatado vai conduzir as investigações, mas a perícia vai elaborar o laudo indicando, com base nos vestígios, as possíveis

causas do sinistro. A perícia em 18 estados brasileiros está desvinculada da polícia civil, restando somente 10 estados onde perícia e polícia estão juntas. O Rio de Janeiro configura-se como um caso a parte, isto porque já possui uma lei nesse sentido, mas não aderiu por falta de ações do executivo que permitam a implementação dessa legislação.

A perícia é composta por profissionais com diferentes formações que colocam o saber científico a serviço da população em busca de indícios e / ou de provas conclusivas sobre a autoria de delitos, danos, contra o patrimônio ou a pessoa.

Se no âmbito acadêmico a interlocução entre os portadores dos mais variados saberes não se dá de modo fluído, como imaginar essa diversidade em um contexto que prima por elucidar crimes a partir de provas científicas e onde, por via de conseqüência, a responsabilidade por inocentar ou acusar apresenta-se como inerente às atribuições.

Compreender e interpretar como é construída a identidade dos servidores em um departamento vinculado ao Instituto-Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul, o Departamento de Criminalística (DC), constitui-se no objetivo geral desse artigo.

O tema é relevante por se propor a trazer elementos sobre um grupo de trabalho, que costuma ser classificado como de apoio na área da segurança pública, e que aparentemente constitui-se em um nicho de investigação não preenchido.

## 1 Referencial Teórico

### 1.1 Identidade pessoal e social

O conceito de identidade apresenta uma polissemia em razão das diferentes perspectivas teóricas desenvolvidas nas áreas de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Psicologia. A origem do termo identidade remonta ao latim escolástico cuja expressão *identitate* traz em seu cerne as noções de semelhança e permanência (Medeiros, 2004).

A visão culturalista fundada na Escola Americana encontrou ressonância na Psicologia Social e dessa interlocução resultou uma perspectiva teórica “objetivista” ou “essencialista” que defende a identidade cultural a partir da sua imutabilidade. Tal postura advoga em prol da circunscrição do indivíduo a uma identidade cultural de certo modo perene. A essa vertente impuseram-se críticas que operaram no sentido de uma nova construção, a abordagem “subjetivista” que atribuiu à identidade a perspectiva de ser a mesma decorrente das representações que os indivíduos elaboram acerca da realidade mediante uma vinculação coletiva que pode ser real ou imaginária implicando a elaboração de um processo identitário fruto de escolhas individuais. Por seu turno, outra corrente, a dos “relacionistas” pressupõe a premência em se tratando de identidade de ser levado em conta o contexto relacional, uma vez que da interação indivíduo-contexto resultariam identidades afirmadas ou reprimidas, algo em mutação, onde as identidades estariam sendo negociadas de modo dinâmico (Medeiros, 2004).

Seguindo a linha dos relacionistas, temos a posição de Berger e Luckmann (1997) que destacam ser a identidade resultado da dialética entre o social e o individual. Os autores referem que a identidade somente se torna inteligível mediante a apreensão do universo simbólico onde ela se constrói. Há que se compreender que as identidades são formadas e conservadas através de processos sociais, que por sua vez são determinados pela estrutura social.

Verificamos, portanto, uma via de mão dupla, as identidades construídas mediante a interação do organismo, da consciência individual e da consciência social atuam sobre a estrutura social dada seja para modificá-la, mantê-la ou remodelá-la. Corroborando essas teorizações, encontramos os postulados de Centurião (2002) que entende não ser a construção identitária algo definitivo, que persiste por inércia, mas sim, uma construção realizada a cada momento, em face de sua característica processual, cabendo à alteridade um lugar fundamental nessa construção.

Centurião (2002) salienta que é possível haver uma subjetividade coletiva no sentido de que os grupos sociais possuem um sentimento de subjetividade compartilhada, mas há que se ter presente que esse compartilhamento ocorre de forma fragmentária, efêmera e com uma densidade fraca. Para que possamos compreender melhor essa perspectiva é preciso atentar para o Nós-sujeito e o Nós-objeto. O Nós-Sujeito se coloca em uma posição de superioridade em relação ao Nós-objeto, há uma assimétrica de poder. Essa visão contrastiva que faz com que um grupo atribua caracteres identitários ao outro. Ao ter a subjetividade objetivada pelo outro, há uma tendência desse outro assumir esse “ser-para-outro”, numa condição muitas vezes de estigmatização. Mas o grupo estigmatizado pode construir uma imagem interna contrária ao estigma atribuído pelo grupo de fora gerando muitas vezes uma mudança de papéis, o grupo acusado de desvio pode tornar-se o acusador. Tal inversão não significa necessariamente uma alteração real em termos de poder, mas revela uma subjetividade compartilhada por aqueles que se reconhecem como iguais e que reagem ao olhar do outro. Todavia, ao invés da reação, se houver a aceitação dos atributos identitários, o grupo pode ocultar os papéis e identidades dentro de um contexto societário mais abrangente como uma maneira de se proteger do estigma. Centurião (2002) reforça que a identidade é sentida, vivida ao nível das

emoções e sentimentos e sendo igualmente posicional, vai depender do lugar que o indivíduo ou grupo ocupa, se interno ou externo.

Medeiros (2004) ao tecer considerações sobre a identidade individual enfatiza que os sentimentos de identidade por nós construídos não são imunes a conflitos, tensões, incoerências, posto que sofrem as transmutações em face da etapa de vida em que nos encontramos, bem como das experiências que amealhamos ao longo de nossa existência. O referido autor destaca de modo pertinente a diferença existente entre os diversos papéis que podemos assumir em nossa realidade social e as diferentes identidades. Assim, Medeiros (2004, p. 23) tomando por base as teorizações de Castells afirma: “as identidades organizariam significados enquanto que papéis sociais representariam as funções que um indivíduo ocuparia em seu contexto social”. Os papéis vivenciados permitem a construção de inúmeras identidades o que de certo modo reflete um “eu” fragmentado que ora tem a sua identidade re-afirmada, ora estigmatizada, dependendo do universo cultural em questão.

## 1.2 Perícia e polícia: teorizações sobre esses “saberes e fazeres”

Na busca por referenciais que elucidassem aspectos relacionados às atividades dos peritos e dos policiais, nos deparamos com trabalhos que podem ser considerados recentes. O primeiro deles, datado de 1999, intitulado “Polícia, técnica e ciência: o processo de incorporação dos saberes técnico-científicos na legitimação do ofício policial”, de autoria de Aida Griza, procura evidenciar de que modo a polícia se apropria dos saberes científicos para legitimar as suas ações frente ao crime e ao criminoso. Para a referida autora:

Desde o final do século passado, observa-se a progressiva apropriação pelas polícias brasileiras – dentre elas a Polícia Civil do Rio Grande do Sul -, tanto de explicações científicas para o crime quanto das perícias técnico-científicas na investigação criminal. Este processo se efetivou por meio da implementação de

serviços na área médico-legal, do registro criminal e de “laboratórios de polícia técnica” para apoiar a Polícia Civil. Observa-se, também, a consolidação, no decorrer do século XX, de grupos de especialistas ligados ao aparelho policial, como médicos legistas, peritos criminais e outros, portadores do conhecimento científico e técnico (Griza, 1999: 5).

Mediante uma reconstituição histórica, Griza (1999) revela o papel que a polícia e a perícia assumem no Rio Grande do Sul, servindo em certas circunstâncias de exemplaridade para outros estados brasileiros. A pesquisa mostra que ao incorporar a cientificidade no sistema de justiça criminal, não há a eliminação dos estereótipos sobre o crime e o criminoso elaborados com base no “saber profissional da polícia”. Tomando por base as teorizações de Foucault, a autora torna evidente a incorporação dos saberes científicos ao meio judicial, de sorte que assim o fazendo a punição possa estar devidamente fundamentada e calcada em uma “verdade”.

O trabalho da perícia e dos policiais está intimamente ligado, uma vez que a partir dos indícios materiais encontrados no local do crime ou na vítima, os peritos elaboram um laudo que será utilizado pela polícia para instruir o inquérito policial, mas o quê buscar em termos de indícios é algo que foi construído com base no saber prático dos policiais e no saber científico dos peritos, esses últimos fornecem elementos, mas cabe aos policiais chegar ao(s) autor(es) da ocorrência.

A cientificidade considerada como modernizadora do aparato policial começa com a República no Brasil, através da Medicina Legal. Muitos estudos antropométricos foram realizados nessa época. Em se tratando de Rio Grande do Sul, o ingresso de médicos legistas na polícia civil tem início no final do século XIX, com o surgimento de um necrotério vinculado à polícia civil.

Dando seguimento a esses considerados “avanços”, é pioneiramente criado no Rio Grande do Sul um serviço de identificação, cujo objetivo era de comprovar

a identidade dos detentos. É curioso que toda essa preocupação em agregar a ciência ao “fazer policial” tinha como referência a imparcialidade, o que reflete a visão da época em que era advogada a neutralidade científica, quando hoje já se tem como consenso que a ciência não é neutra, Griza não faz em nenhum momento menção a esse aspecto em seu estudo, a autora toma como dado esse modo científico de ver o crime e, por via de consequência, a busca pela verdade, sem no entanto refletir sobre tal posicionamento contextualizando-o no tempo e espaço em face da noção de ciência presente, todavia, ela consegue identificar a interferência do “saber profissional da polícia” na cientificidade incorporada à detecção do crime.

A incorporação de conhecimentos das disciplinas Psicologia e Sociologia também contribuíram para a identificação das motivações que levariam o indivíduo a efetivação do crime e a assumir a condição de criminoso.

Os peritos criminais, ligados aos laboratórios de polícia técnica começam a ganhar relevância no interior da polícia a partir do final dos anos 1940. Aqui vale destacar que a terminologia polícia técnica foi cunhada por Eraldo Rabello por ele acreditar ser a polícia científica apenas um dos ramos da polícia técnica; dentro dessa concepção a técnica policial seria apoiada pela ciência não retirando do policial o poder que lhe cabia na condução da investigação. Assim o saber prático do policial continuava sendo fundamental para o desvendamento das ações criminosas.

No trabalho de Griza (1999) ainda é possível verificar que foi em 1939 a criação do Laboratório de Polícia do Instituto de Identificação pelo médico José Faibes Lubianca. A papiloscopia (descoberta de um criminoso através das impressões digitais) foi exercida inicialmente por médicos, embora fossem utilizados processos químicos para a detecção das impressões digitais, evidenciando a implicação de outros ramos do conhecimento na execução dessa identificação. Essa evidência dá margem para a adesão de outros profissionais na

condição de peritos. Aos poucos, algumas distinções começaram a ser estabelecidas, de modo que a identificação e a medicina legal passaram a ser consideradas à parte da polícia técnica. A polícia técnica gaúcha composta por peritos criminalísticos lutava, na década de 1940, para constituir-se como um instituto separado do de identificação, o que acabou ocorrendo em 1947, tendo sido regulamentado em 1948.

As discussões em um congresso de âmbito nacional giravam em torno do que seria competência de um perito criminalístico e basicamente ficou definido que os indícios externos ao corpo é que seriam periciados, cabendo aos médicos legistas a descoberta de vestígios internos ao corpo da vítima. O termo criminalística passa a substituir a designação de polícia científica e polícia técnica e evidencia a separação da perícia da polícia.

Os peritos embora atuassem de forma exclusiva junto à polícia civil, não faziam parte do quadro de servidores da mesma, mas sim integravam o quadro geral de servidores do Estado. As atribuições dos peritos eram e continuam sendo reguladas pelo Código de Processo Penal.

Em 1989, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul prevê que a perícia seja desvinculada da polícia sendo criada a Coordenadoria Geral de Perícias que hoje vem a ser o Instituto-Geral de Perícias.

A dissertação de Lorenzo Aldé, outro trabalho consultado, trata da saúde do trabalhador e o processo de trabalho no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. Apresentando, portanto, um recorte mais definido no que tange ao trabalho da perícia, o enfoque recai de modo mais expressivo sobre os reflexos das atividades na saúde física e mental dos servidores daquele órgão e embora traga contribuições que podem ser comparadas à realidade do Departamento de Criminalística do Rio Grande do Sul não será discutido de modo específico nesse

item por estar focado na realidade de outro estado brasileiro, mas será chamado ao diálogo no item 4 relativo à apresentação e análise dos dados.

A outra pesquisa que pode nos trazer pistas interessantes é a tese - transformada em livro em 2006 - defendida em 2005, por Acácia Maria Maduro Hagen, intitulada “O trabalho policial: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul”. O objetivo geral da referida pesquisa consiste em mostrar como se constroem as práticas e as representações da profissão policial, tendo como objeto de investigação a Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A autora percorre vários caminhos para consubstanciar as análises que visam a atender o objetivo propugnado. A inclusão dessa referência no presente artigo encontra guarida na explanação anteriormente realizada com base no trabalho de Griza (1999) onde foi possível ver a proximidade existente entre o trabalho da perícia e o trabalho da polícia: um complementa o outro e mesmo diante da separação ficam evidentes possíveis sentimentos e representações. Afinal, o local do crime e a vítima são os mesmos, o que difere é o procedimento da perícia e da polícia frente aos fatos. Mas diante das categorizações criadas por Hagen (2005) é possível imaginar que em certa medida certos comportamentos identificados entre os policiais podem também se afigurar entre os peritos.

Dentre as situações encontradas e analisadas por Hagen (2005) referentes ao trabalho dos policiais encontram-se: a) a necessidade de se tornarem “frios” para conseguirem lidar com corpos muitas vezes já em processo de decomposição ou situações de violência envolvendo, como disse uma entrevistada à pesquisadora, “a desgraça do mundo”; b) a presença constante do risco; c) as implicações advindas do exercício da atividade em relação à vida pessoal, familiar; d) ao mesmo tempo o desafio que significa proceder uma investigação policial. Essas vivências e as respectivas representações construídas contribuem para a chamada “cultura policial” que, na pesquisa de Hagen (2005, p. 292), aparece através da representação acerca do “bom policial”, ou seja, aquele

que tanto consegue trabalhar na investigação que se configura como o pólo mais operacional da atividade como em funções eminentemente administrativas.

## **2 Método**

### **2.1 Pesquisa qualitativa**

O método qualitativo foi o escolhido para a realização desse estudo. Minayo (1998: 21 - 22) afirma que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares”. A referida autora ainda destaca a compreensão dos “significados, aspirações, crenças, valores e atitudes” como o cerne da opção por pesquisas qualitativas, especialmente, no âmbito das Ciências Sociais. Chizzotti (1995) postula que na abordagem qualitativa não há uma separação entre mundo real e sujeito, mas sim, uma dinamicidade entre sujeito e objeto, o que faz com que o mundo objetivo e o mundo subjetivo se constituam em algo uno, indissociável. Para Victora, Knauth e Hassen (2000) um dos principais aspectos a ser destacado nos estudos qualitativos consiste na obtenção de uma perspectiva a partir da visão de dentro do grupo pesquisado, ou seja, da visão êmica.

A pesquisa configura-se como um estudo de caso tendo por foco o Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. As técnicas utilizadas para a obtenção de dados foram as entrevistas, em profundidade, semi-estruturadas e a observação simples.

### **2.2 A sala no DC**

Uma reunião realizada com o Diretor-Geral e a Supervisora Técnica do IGP torna viável a realização da pesquisa e também revela certas limitações sobre onde teríamos acesso e onde seria vetada a nossa circulação. Dessa reunião saímos com a autorização verbal para concretizar o estudo e a troca de correspondências oficiais, entre o IGP e a unidade da Universidade Pública, sela oficialmente a parceria.

Ainda faltava o contato com a Diretora da Criminalística, o departamento do IGP que escolhemos para investigar. Uma nova reunião e desta vez entre a Supervisora Técnica, a Diretora da Criminalística e nós. Nessa reunião granjeamos a autorização da Diretora do Departamento de Criminalística (DC), mas havia um problema a resolver, lugar físico para a consecução das entrevistas. Recebemos também a planilha com nomes, cargos e seções de todos os que trabalham no DC e, ainda, a Diretora assinalou aqueles que estavam afastados por doença, aposentados, cedidos. Combinamos que informariamos para os pesquisados o objetivo da pesquisa cada vez que fizéssemos contato para agendar as entrevistas.

A Diretora disponibiliza a sala do Desenho para nossa ocupação durante todas as manhãs. No período da tarde seria preciso ver os dias em que o desenhista estaria viajando para poder ali nos instalarmos. No dia em que conhecemos a sala, decorria um mês do dia em que tivemos a primeira reunião com a Diretora do DC, que agora nos conduzia pelos corredores do prédio visando a nos colocar em contato com o ambiente por onde nós não imaginávamos permanecer por tanto tempo.

### 2.3 As idas a campo

A técnica da observação simples foi uma das possibilidades de registro de dados. As observações realizadas durante as entrevistas ou mesmo sobre aspectos materiais acerca do local, onde ocorrem as atividades profissionais dos entrevistados, permitem inferências a posteriori. Bravo (1976: 133) enfatiza que: a observação simples é a investigação e o estudo realizado pelo pesquisador, mediante o emprego de seus próprios sentidos, especialmente a visão, com ou sem ajuda de aparatos técnicos, das coisas e fatos de interesse social, tais como eles tem lugar espontaneamente, no tempo em que acontecem e conforme com as exigências da pesquisa científica.

As observações foram registradas sob a forma de diários detalhados (Goode e Hatt, 1960) abrangendo inclusive fenômenos observados de maneira informal, perceptíveis na interação com os pesquisados durante todo o tempo em nós estivemos em campo.

Ao longo de um ano (de julho de 2007 até julho de 2008) foram 37 idas a campo com duração de tempo variado, mas que normalmente se estendia por toda a manhã e às vezes por boa parte da tarde. No início da pesquisa nós precisávamos nos identificar para os seguranças, mas, na quinta vez em campo, começamos a granjear um tratamento igual aos servidores do DC. Um dos seguranças nos dá: “Bom dia, bom trabalho!” tal qual faz com todos que lá trabalham. A chave da sala do Desenho que, durante doze visitas havíamos que solicitar para alguém, na décima terceira vez já era possível retirar do mural e deixar no mesmo lugar ao término da nossa jornada. No dia seguinte a essa certa independência com relação à chave, tivemos a possibilidade de compartilhar a sala onde os papiloscopistas, motoristas, enfim, onde o pessoal do plantão se encontra e desse dia em diante pudemos conversar, tomar cafezinho, olhar televisão, receber informações sobre o trabalho de modo constante. Nesse momento começamos a ter mais proximidade com as pessoas, a compartilhar as histórias e depois de um tempo ouvimos a pergunta: “Vais para a tua sala?” Ou ainda em permanecendo na sala do plantão sermos cobrados: “Não vais trabalhar, hoje?” Simultaneamente a essas alterações começávamos a sentir culpa quando não íamos “trabalhar” no DC.

Convivemos com os informantes dentro e fora do ambiente do DC. Essa proximidade com os pesquisados nos permitiu sentir os efeitos da alteridade. No final de 2007, lembramos das palavras da Diretora na primeira reunião, quando ela nos alertava para o tipo de ambiente no qual estávamos nos aventurando. Embora soubéssemos, e no começo achássemos que permaneceríamos imparciais a tudo que ouvíssemos, ou mesmo visualizássemos em fotografias ou desenhos, chegou

um momento em que sentimos o quê os nossos pesquisados relatavam: certa irritabilidade, um começo de depressão. Se por um lado isso nos causava incômodo no âmbito pessoal, por outro nos dava a certeza de ter obtido uma imersão em campo, algo que dava ao trabalho uma profundidade para muito além daquilo que é propugnado em termos de um estudo de caso; nos desconstruímos em campo, conseguimos viver o mundo laboral do outro que investigávamos e refletíamos sobre a nossa própria atividade profissional, no que nós poderíamos contribuir para auxiliar aqueles profissionais.

Mas vale destacar que as entrevistas em profundidade configuraram-se como relevantes para a compreensão dos jargões, para a obtenção de explicações relacionadas aos aspectos mais técnicos e sem dúvida para conhecer as pessoas que lá atuam em diferentes setores uma vez que eles guardam certa distância, cada um deles circunscritos as suas atividades / funções (muitos nem conheciam a sala onde nós estávamos “trabalhando” - nós precisávamos explicar como chegar ao local). Cruz Neto (1994) destaca a relevância da entrevista e a define como sendo uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Fizemos uso da entrevista semi-estruturada, onde um roteiro de entrevistas nos permitiu focar um pouco mais os questionamentos realizados, mas deixando espaço para outras perguntas que decorreram dos relatos dos pesquisados. Goode e Hatt (1960) alertam para o fato de que esse tipo de entrevista requer maior habilidade por parte do entrevistador, que no entender de Chizzotti (1995: 93) “deve manter-se na escuta ativa e com atenção receptiva a todas as informações prestadas, quaisquer que sejam elas [...]”. As sete entrevistas foram gravadas depois de assinado o termo de consentimento informado e degravadas para fins de análise. Os entrevistados, três mulheres e quatro homens, atuam nas seções: Balística, Química, Ambiental, Plantão, Administrativo e Fotografia. O tempo de atuação desses entrevistados na instituição variou do maior tempo, 32 anos, ao menor tempo, 5 anos.

#### 2.4 A análise dos dados

A leitura criteriosa de todos os diários de campo e a transcrição e análise das sete entrevistas permitiu que à luz das teorizações sobre identidade pessoal e grupal fosse possível compreender a construção identitária do “ser servidor do Departamento de Criminalística”. Portanto, os dados foram analisados obedecendo aos seguintes passos propostos por Minayo (1992):

- a) ordenação dos dados mediante transcrição das fitas das entrevistas e leitura dos diários;
- b) classificação dos dados;
- c) análise final mediante a articulação dos dados com a base teórica, buscando atender ao objetivo proposto.

### **3 O Instituto-Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul (IGP) e o Departamento de Criminalística (DC)**

O site do IGP (<http://www.igp.rs.gov.br>) traz um breve histórico sobre a criação do referido órgão. No dia 17 de julho de 1997, através da Emenda Constitucional 19, a Coordenadoria Geral de Perícias, órgão autônomo de segurança pública do Estado, criado a partir da Constituição Estadual promulgada em 1989, passa a ser denominado de Instituto-Geral de Perícias. As atribuições do referido órgão focam-se especialmente em: perícias médico-legais e criminalísticas; serviços de identificação; desenvolvimento de estudos e pesquisas em sua área de atuação. O IGP é formado por três departamentos e um laboratório, a saber: Departamento de Criminalística (DC), o Departamento Médico-Legal (DML), o Departamento de Identificação (DI) e o Laboratório de Perícias (LP).

O Departamento de Criminalística efetua perícias baseadas em conhecimentos científicos. A administração é feita pela diretora e dois chefes de

divisão. A Diretora é responsável pela administração geral, o chefe da Divisão de Perícias da Capital é responsável por todos os tipos de perícias realizadas na área metropolitana e o chefe da Divisão de Perícias do Interior tem a competência similar relativa aos Postos de Criminalística do Interior do Estado. Integram o Departamento as seções de: Balística Forense; Química-Legal (com os setores de Exame Pericial em Numeração Identificadora de Armas de Fogo - EPNIAF, Exame Pericial em Numeração Identificadora de Veículos Automotores - EPNIVA, Residuográfico); Informática; Fotografia; Acústica Forense; Perícias Diversas; Levantamento de Locais; Papiloscopia; Engenharia-Legal (com os setores de Incêndios, Explosões e Desabamentos, de Acidentes de Trânsito, de Perícias Mecânicas Internas e Externas; de Perícias Elétricas Internas e Externas); Perícias Ambientais; Documentoscopia Forense; Apoio Administrativo; Divisão de Perícias Interior (site <http://www.igp.rs.gov.br>).

De acordo com a Lei n. 11770 de 05 de abril de 2002, em seu artigo 4.o, integram o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Plano de Classificação de Cargos e Vencimentos do Instituto-Geral de Perícias as categorias funcionais de: Auxiliar de Perícia, Fotógrafo Criminalístico, Papiloscopista, Perito Criminalístico Químico, Perito Químico Toxicologista, Perito Criminalístico Engenheiro, Perito Criminalístico, Perito Médico-Legista, Perito Odonto Legista, e também as categorias funcionais de Perito Químico Forense e Perito Criminal.

#### **4 Papéis e identidades dos servidores do Departamento de Criminalística**

##### **4.1 A surpresa inicial: a descoberta do trabalho a ser realizado**

Os servidores entrevistados, em sua maioria, optaram pelo ingresso no Departamento de Criminalística sem saber exatamente aquilo que os esperava em termos de trabalho. A procura pelo concurso público se deu em razão de estarem desempregados ou em busca da estabilidade por se sentirem inseguros na

iniciativa privada, desconhecendo as atividades que iriam executar, em especial o “atendimento a local”, que na linguagem da perícia remete a local de morte, local de crime.

Ao participar do processo seletivo para granjear uma vaga no DC, o candidato não imaginava que sua função incluía “fazer local”: “Eu quando entrei no IGP eu não sabia exatamente o que fazia, é realmente eu nunca imaginei, por exemplo que, nunca, em hipótese alguma [...] eu nunca imaginei atender um local de morte, ter que procurar orifício em cadáver, vestígios num local, isso eu nunca imaginei isso aí, uma coisa completamente atípica” (Entrevistado C). A dinâmica daqueles que estão lotados nos DC exige que mesmo os que trabalham em atividades como, por exemplo, balística, documentoscopia, química, fonética, cumpram a escala de sobreaviso, dia em que o servidor pode até estar fora das dependências do departamento (muitas vezes em domingos ou feriados), mas em alerta a um possível chamado para atender alguma ocorrência no interior do Estado. O sobreaviso é diferente da rotina dos profissionais que trabalham no plantão e que possuem ao longo das quatro semanas do mês um determinado dia da semana para permanecer na instituição por 24 horas e devem estar preparados para atender casos de homicídios / suicídios. O pessoal dos outros setores que atuam no caso de sobreaviso não tem essa atividade com a constância igual daqueles servidores que cumprem plantão. Um documentoscopista ou um perito em informática trabalha na sua área específica, mas ao estar de sobreaviso, obedecendo a uma escala, terá de “atender local”. Nem todas as pessoas possuem condições de lidar com cenas de violência e o fato de ter de enfrentar a expectativa do sobreaviso configura-se como algo angustiante.

Essa exposição ao que há de degradante e de finito no ser humano e na sociedade requer determinadas características dos servidores de modo que os seus papéis possam ser representados de modo adequado atendendo às

exigências e expectativas inerentes aos cargos de modo a estabelecer identidades.

#### 4.2 Trabalho e relacionamentos

Buscamos entender quais características são consideradas relevantes para a atividade de um profissional que queira atuar no DC, na ótica de seus atores. Para capturar esses aspectos perguntamos aos entrevistados como eles caracterizariam o exercício das atividades no DC para um colega neófito. Vale dizer que essas características correspondem às exigências necessárias para a execução das funções e, portanto, aos papéis que possuem junto ao DC. O significado atribuído a esses papéis pode configurar diferentes identidades (Medeiros, 2004). Assim, alguns atributos, comportamentos, são enfocados como importantes ou necessários para a realização do trabalho na criminalística. Uma entrevistada enfatizou a existência de um divisor de águas inicial: o gostar ou não da atuação na área.

Para tu trabalhar aqui existem duas condições ou tu gosta ou tu não gosta disso que tu vai fazer. Se tu não gostares tu não fica e se tu gostares, tu vai te apaixonar. Então, a primeira coisa é tu tem que definir isso, se tu vai gostar ou não vai gostar daquilo que tu vai fazer, porque é muito, muito pesado se a gente não se adapta, né, ao que tá fazendo. E, por outro lado, como tu disseste inicialmente isso aqui é um campo de pesquisa, para nós também, para cada um de nós. Se um perito quiser fazer pesquisa ele tem um mundo na frente dele. É o caso do (Fulano), por exemplo, ele tem um universo pela frente dele, ele tem todo o campo aberto. E em todos os setores tem campo de pesquisa aberto, né. Então se a pessoa quiser fazer isso, ela vai encontrar campo. Agora já foi mais fácil fazer pesquisa aqui, porque agora o volume de trabalho é muito grande, né. Então quase não nos sobra tempo para nada, né. O quadro é pequeno e aumentou muito, muito, a demanda, solicitação, o nosso quadro hoje, bom agora eu não sei, agora não sei, porque entrou mais uma turma de novos que eu não conheço, nem pessoalmente assim, mas acredito que seja igual ou menor de quando eu entrei. (Entrevistada A)

Esse depoimento revela que a primeira característica mencionada implica juízo de valor no âmbito pessoal, gostar ou não gostar daquilo que deve ser realizado, mas vale observar que o gostar apontado não está atrelado ao lidar com o crime, mas sim à consecução de pesquisas sobre aspectos relacionados aos crimes. A informante discorre sobre o mundo da pesquisa como sendo o que levaria as pessoas a permanecerem no DC, todavia, apontando para a quase impossibilidade de concretização de pesquisas por conta da falta de efetivo, o que nas entrelinhas prognostica uma maior rotatividade do quadro de pessoal. Esse gostar do trabalho vinculado ao fazer pesquisa também apareceu na dissertação de Aldé (2003). O referido autor entrevistou peritos do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro que de forma idêntica definiram o gostar de realizar necropsia por encarar essa atividade como “uma pesquisa”. Ao valorizar seu saber técnico e ter consciência da importância da perícia para a investigação policial, este profissional considera a morte apenas um incômodo, que não o impede de concentrar-se no objetivo do trabalho: a produção do laudo médico que possibilitará a elucidação dos casos” (ALDÉ, 2003: 132). No caso dos peritos do DC, isso fica evidente quando o Entrevistado B atribui: “a curiosidade científica como um comportamento comum aos peritos”. Griza (1999) já apontava para essa representação quando de sua pesquisa.

Outro trecho da fala da Entrevistada A traz um elemento que evidencia uma individualização daqueles que atuam no DC. Ao dizer que não conhece os novos colegas, a perita revela que a inserção dos ingressantes, no departamento, não conta com um ritual de socialização eficaz (Trice e Beyer, 1984) onde a integração permita o contato entre si e com os mais experientes e mesmo o estabelecimento de relacionamentos informais.

O depoimento de uma perita reforça essa falta de integração

Falta integração, falta agregar, falta juntar, falta reuniões com todas as pessoas, falta apresentação das pessoas novas, falta que os novos sejam apresentados, que seja estimulada assim, isso é uma coisa, a gente vê a cizânia, não há um corte dessa coisa,

estímulo à integração. Cada seção só vê o seu lado, né [...]. Se eu tiver que ceder, fazer uma coisinha a mais aqui porque eu sei que daí todo o mundo vai ganhar, se todo mundo tiver essa visão de que bah! Se cada um fizer um pouquinho a mais, todo mundo de fato vai ganhar, acho que as pessoas no fim acabariam não se negando a fazer. Mas quando tu achas que se tu fizer a mais aqui, se tu vai fazer aquilo sozinho porque lá atrás tu não vai ter uma retaguarda, tu não vai estar respaldado, né? Tu vai tá, tu vai fazer a mais, mas aí o outro malandro vai continuar fazendo as malandragens. (Entrevistada E)

A fala acima pode ser analisada como representativa do dilema apontado por Matheus (2000) qual seja, o do reconhecimento do individualismo como garantia para a compreensão da necessidade humana de auto-realização, ao mesmo tempo em que esse homem para que possa se desenvolver no âmbito psíquico precisa manter relações com outras pessoas, relações essas que nem sempre serão amistosas e de complementaridade, mas sim podem levar a vivências de confrontos, desprazeres ou frustrações. Assim, a experiência grupal ou entre grupos requer o conhecimento dos limites e exigências de cada um e também das possibilidades, restrições e exigências inerentes às relações interpessoais.

A área de atuação permite a definição de limites profissionais no DC, da auto-realização, seja pelo fato do servidor estar no início da carreira, seja por já ter vencido vários desafios. O depoimento da Entrevistada A evidencia esse aspecto ao comentar sobre o setor de Funcionamento.

Nessa parte mais levezinha que é o Funcionamento que é justamente o que o pessoal não gosta muito. Porque assim, o Funcionamento no meu entendimento deve ser feito por quem tá iniciando [a carreira] ou quem tá terminando. Quem tá no auge da carreira tem que mostrar que sabe fazer alguma coisa e ali a perícia é muito simples, não chega a ser uma perícia propriamente. Vamos dizer é uma constatação, se a arma funciona ou não, então, quem quer fazer carreira pode começar por ali para se adaptar, aprender a manipular uma arma, mas não pode ficar ali uma vida inteira, né? Porque é uma coisa muito simples, agora quem tá terminando [a carreira] também não tem muito o que perder, já mostrou o que sabia, o que deixava de saber, já tá no passado.

Um papiloscopista (Entrevistado H) ao fazer referência a uma possível identidade grupal do DC afirma que o trabalho é pouco integrativo. Relatou que é possível não encontrar nunca com um colega da balística, por exemplo, ou mesmo com um perito que faça plantão junto a uma equipe em um determinado dia da semana. Mencionou que o trabalho do técnico é solitário, se não procurar pelos colegas, não vai ter contato com ninguém. Isso faz com que colegas possam se cruzar na rua sem ao menos terem ciência de que fazem parte da mesma instituição. A equipe só existe na hora de fazer levantamento de local de crime, depois cada um se restringe a elaborar a parte que lhe compete. Vale destacar que uma equipe que faz local de morte (suicídio ou homicídio) compreende um perito, um papiloscopista, um fotógrafo e um motorista; em caso de acidente de trânsito, não há necessidade de um papiloscopista na equipe.

O “isolamento” daqueles que atuam no DC pôde ser por nós observado no cotidiano da pesquisa. Muitos servidores chegavam e ficavam restritos aos seus locais de trabalho, nós mesmos ao passar várias manhãs no DC, ocupando a sala do Desenho, acabávamos por não encontrar nenhum perito com o qual havíamos estabelecido contato em dias anteriores.

Freitas (2000: 42) destaca que: “as organizações não são apenas lugares onde o trabalho é executado. São também lugares onde sonhos coexistem com pesadelos, onde o desejo e as aspirações podem encontrar espaço de realização, onde a excitação e o prazer da conquista convivem com a angústia do fracasso”. Diante do exposto, cumpre pensar como se instauram as sociabilidades no DC de modo a viabilizar as trocas afetivas e psicológicas tendo-se presente não só o cotidiano, mas o primeiro momento de contato com a instituição, quando do ingresso do indivíduo nesse espaço organizacional.

Se por um lado, o trabalho desse servidor requer certo isolamento, por outro, as trocas profissionais, afetivas e psicológicas são fundamentais. A inexistência de uma área comum de convivência no prédio do DC desestimula o exercício das sociabilidades. O cafezinho é setorializado. Os servidores que

trabalham na documentoscopia, por exemplo, irão compartilhar momentos de informalidade entre pares, mas não com os demais setores e isso vale para todas as especialidades. Daí ser compreensível que a Entrevistada A apesar de estar trabalhando, há vários anos, no DC, não conheça pessoalmente os colegas neófitos e que o papiloscopista diga que pode encontrar colegas na rua e não saber que são colegas.

Dentre as características consideradas relevantes para o exercício das atividades foram destacadas: a capacidade de ser pró-ativo; de ser uma pessoa bem ponderada; de ser bem sensata; de saber separar as coisas, pois como disse o Entrevistado C: “o nosso produto, para muitos, choca, tem que ter sangue frio, não pode se envolver no todo, tem que saber o que é lá fora e o que é aqui dentro”.

O Entrevistado B enfatiza a observação e o detalhamento como fundamentais para o exercício da atividade profissional

Uma das, das qualidades [é] ser um bom observador, detalhista, não é? Detalhe, nossa profissão é o detalhe, então, ele pode se aperfeiçoar em certos aspectos de, certos aspectos que tu encontra num local não é? Mas o básico, fundamental, é [ser] observador, detalhista, ter calma, ter calma, ter calma no local, não pode ter pressa né? Ah, parte técnica assim, esses aspectos, né? Outra coisa seria o aspecto pessoal, por exemplo, pedir ajuda ou aos fotógrafos mais experientes e aos próprios papiloscopistas que são às vezes pessoas que saem com o perito novo, por exemplo, e que ajudam bastante no local, né? Por ter mais experiência do que essa pessoa que tá chegando, né? Eles enxergam coisas que às vezes a gente não enxerga, não vê, acontece né, por mais que tu sejas observador. (Entrevistado B)

A Entrevistada A faz referência ao estudo, a responsabilidade e a humildade, além das trocas de saberes entre colegas como sendo características para as quais é importante o servidor ficar atento

Tem que ter dedicação, estudar sempre e tem que ter muita responsabilidade, tem que saber que a gente está com a liberdade de uma pessoa nas mãos. Isso é o importante. E ter humildade, que eu acho que é a principal característica. Duas características: o perito, ele tem que ser um pouquinho obsessivo, ele tem que ter um traço dessa

característica na personalidade dele e tem que ser humilde. Porque ele erra, ele é passível de erro, então, se ele tiver dúvida, ele tem que ir no colega, tem que discutir e na dúvida, na dúvida mesmo que todos fiquem, não se posiciona, porque a assinatura de um perito, eu acho, e eu cada vez me convenço mais, é uma coisa meio definitiva, né? Porque o juiz, como tecnicamente ele é um leigo, ele vai confiar em nós. Principalmente, no crime, então, porque as penas são maiores, né? E nós lidamos com todas as ciências, o que puder nos ajudar vem. Nós aplicamos os nossos conhecimentos de todas, né? E como também nós não temos o domínio de todas, então, seja na área que tu estiveres, tu tens que buscar, né? Buscar subsídios. (Entrevistada A)

Os depoimentos acima transcritos trazem aspectos individuais a serem trabalhados como capacidade de observação, de detalhamento, senso de responsabilidade, humildade e capacidade de interação, seja com a equipe que faz local de crime, seja na discussão com colegas sobre possíveis dúvidas.

A Entrevistada E também enfatizou a noção de que o indivíduo deve ter presente que está exercendo uma função pública, o que implica senso de coletivo, seriedade. Para ela, a execução do trabalho vai requerer recursos internos, psicológicos e de conhecimento geral, conhecimentos mais amplos, uma base de conhecimento consolidada.

O Entrevistado F e o Entrevistado H alertam para a “familiaridade ou prestatividade para lidar com o crime” (Entrevistado H), pois “tem gente que tem problema em ver o morto [e] é melhor que ele não entre para a criminalística” (Entrevistado F).

Mas por sua vez a Entrevistada A em sua fala revela que a despeito de não gostar de ver morto, de ir a velórios, no caso de acidentes não costuma olhar o cadáver, diz que no exercício de suas funções, quando está com o avental do DC, ela olha para o cadáver como quem olha para uma arma, um projétil, um documento, pois está em serviço. Donde se conclui que o vestir o avental determina um papel onde a significação dada ao trabalho remete a uma relação diferenciada diante do corpo daquele ser humano, ele deixa de ser uma pessoa e

passa a ser uma peça de um crime que precisa ser analisada, outro entrevistado fez menção à imagem do cadáver como sendo um “boneco” (Entrevistado C). Essas representações se assemelham àquela apresentada pelos policiais pesquisados por Hagen (2005), qual seja a “frieza” necessária, por exemplo, para fazer frente às situações de lidar com corpos em estado de decomposição. Mas o uso do avental traz a simbologia da roupa de trabalho, algo que permite separar trabalho de não trabalho (Bresler, 1997), no caso do DC emoção e pragmatismo.

O Entrevistado F julga relevante que o servidor “faça a sua parte e faça bem, dentro dos seus limites” atentando para o cumprimento do horário de trabalho e dos prazos de entrega daquilo que está sob a sua responsabilidade. Por sua vez, o Entrevistado B se preocupa em lembrar a capacidade que o perito deve ter de se expressar adequadamente por escrito para efeitos da construção dos laudos. O perito não pode ser conciso demais, resumir demais, e nem ser prolixo, descrevendo detalhes de coisas que não vão levar a nada, que não tem nada a ver com o local em si, é necessário ser claro e conciso na elaboração do laudo.

Se as características definem os papéis, os significados determinam as identidades, e um significado presente nas falas foi “o trabalho da criminalística como sendo o da busca pela verdade”. Uma verdade que pode incriminar ou garantir a liberdade do cidadão, daí a relevância da isenção. Como explicita a Entrevistada E: “buscar a verdade não importa de que lado esteja, doa a quem doer”.

Além dessa significação de “busca da verdade” que leva a uma das identidades possíveis, há aqueles que entendem não existir uma identidade em face da atuação individualizada o que impediria a unidade e, por via de conseqüência, alguma identidade. Para os entrevistados com essa percepção, a identidade se daria pela diversidade, significando não haver unidade.

As características necessárias para o exercício dos papéis inerentes à condição de servidor do DC, bem como a identidade construída tendo por

significado a busca da verdade revelam uma visão intra-grupo, já o significado da inexistência de uma identidade provavelmente seja resultado da relação com a sociedade, onde o “outro” (sociedade) desconhece o trabalho dos servidores da Criminalística.

#### 4.3 Nós, os servidores do DC e o “outro”: quando o “outro” é a polícia, a sociedade e o próprio “IGP”

Uma das frases que ouvimos ainda no primeiro dia em campo, durante uma visita pelo prédio para conhecer os diversos setores, foi “perícia não é polícia”, slogan que nos contaram foi parar em adesivos durante o movimento de busca por autonomia por parte dos peritos. Por várias ocasiões ouvimos a declaração de que eles nunca foram integrantes do Quadro da Polícia, mas também disseram em diferentes momentos que a autonomia do órgão (IGP) não estava consolidada, apesar de já ter sido realizada há onze anos. A carência de recursos colocou a perícia, quando no início da separação, em situação constrangedora. Um exemplo disso diz respeito à obtenção de munição junto aos delegados para a consecução de perícias, uma vez que não havia dotação orçamentária própria do IGP. Embora tenha ocorrido uma melhora, ainda assim, muitas das dificuldades enfrentadas são atribuídas a não consolidação da cisão polícia - perícia.

Essa relação polícia – perícia remete à questão nós e os outros, de sorte que é preciso estabelecer diferenciações de modo a permitir que, frente ao outro que igualmente trabalha com o crime, seja possível o estabelecimento de papéis e de identidades próprias de cada grupo.

A ruptura precisava se dar com base em uma construção imaginária ou real. De acordo com a Entrevistada A, a emancipação seja da casa dos pais, municípios ou mesmo de órgãos é algo que tem seu tempo para acontecer, “quando amadurecem, cai do pé”. Porém, a alegação para o rompimento no caso polícia / perícia, por parte de uma minoria de colegas, lhe pareceu inadequada

Mas nós saímos com um discurso de colegas isolados da época, ou de um pequeno grupo, que a gente tinha que sair da polícia porque a polícia era corrupta. E era só isso que se dizia. Ah, porque é corrupta, era corrupta. E eu dizia assim; olha pessoal, eu nunca fui pressionada por policial, nunca, estou aqui há X e poucos anos e nunca o policial me disse, olha eu quero que tu faça assim esse laudo, nunca. Eles nos respeitavam muito. A gente chegava em local, eles não interferiam no nosso trabalho. Era tudo bem isolado.

Se a identidade se dá de modo contrastivo, é preciso advogar em prol de uma moralidade que coloque o grupo de pertença em uma posição de moralidade positiva e superior diante de outro grupo cuja moral negativa acaba sendo posta em questão devido às possíveis práticas ilícitas, pois “a identidade é posicional, ou seja, caracterizada pela posição que ocupa na trama da interação” (Centurião, 2002: 20).

O Entrevistado F refere que quando estavam juntas a polícia e a perícia, os integrantes da perícia eram considerados policiais de segunda classe. Essa colocação talvez encontre ressonância no fato de que os aumentos salariais quando obtidos pelo Quadro da Polícia não se estendiam para a perícia, uma vez que os últimos pertenciam ao Quadro Geral do Estado.

Em outro estudo realizado no Rio de Janeiro, onde a separação polícia / perícia não se concretizou, os peritos do Instituto Médico Legal, diferentemente dos auxiliares e técnicos de necropsia, também não querem ter a sua identidade associada à da polícia, porque no entender desses profissionais, eles não saem nas ruas para prender as pessoas, dar tiro ou matar; apesar de serem comandados por um delegado se reconhecem como técnico-científicos, essa é a identidade auto-atribuída (Aldé, 2003). Ou seja, as alegações para a ruptura com a identidade de policiais podem ser diferentes no caso do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, mas precisam existir para que possa haver a consolidação do grupo de servidores da perícia.

No caso do DC do Rio Grande do Sul, mais de um entrevistado enfatizou que as brigas, que porventura possam existir entre polícia e perícia, estão situadas dentre as esferas hierarquicamente mais elevadas, não atingindo, como referiu a Entrevistada D, os “pobres mortais”.

Por seu turno, o Entrevistado C disse que há um bom relacionamento entre as duas categorias, que a perícia nunca recebeu pressão por parte da polícia, e que, ao contrário, são parceiras e “enfrentam as frias juntos”.

No âmbito societário, é curioso notar que Entrevistado C afirmou não revelar a atividade que exerce para as pessoas de um modo geral a fim de evitar pedidos no sentido de que venha a agilizar isso ou aquilo; assim, afirma auto-identificar-se como funcionário público.

Ao encontrar com o Entrevistado H em outro espaço da cidade que não o seu local de trabalho, fomos apresentadas para uma amiga do mesmo que em uma conversa deixou transparecer que desconhecia a real atuação do amigo no DC, apesar dos dois terem um relacionamento de amizade há mais de dez anos, ela não imaginava que ele trabalhava em “locais de morte”.

Os servidores da criminalística em sua interação com a sociedade se qualificam como “ilustres desconhecidos”, no sentido de que a população em geral não sabe o trabalho que é realizado por esses profissionais. As pessoas quando julgam que sabem, cometem equívocos ao imaginar que os servidores são integrantes da polícia, porque andam armados, ou que “fazem mágica” no sentido de obter resultados que nem sempre são possíveis de serem alcançados. Giovanelli e Souza (2004), na pesquisa por eles realizada, já chamavam a atenção para o fato do trabalho da perícia criminal ser praticamente desconhecido por parte da sociedade.

O Entrevistado C disse que a escolha da sigla do instituto também não favorece ao reconhecimento da instituição e daqueles que lá atuam, pois IGP é muito mais identificada pela sociedade como Índice Geral de Preços do que com Instituto-Geral de Perícias.

Uma pista interessante aparece na fala do entrevistado H ao se referir ao DC como: “um órgão para não ser usado, ninguém quer”.

Percebe-se certa dificuldade dos profissionais em se identificarem com o seu trabalho fora do espaço do DC, talvez por receio de serem estigmatizados na medida em que lidam com a marginalidade, ou seja, de certo modo se vêem obrigados a entrar em contato com a escória da sociedade e isso pode implicar uma “contaminação”. Para Goffman (1982: 58): “De qualquer forma, uma análise da manipulação que as pessoas fazem sobre as informações transmitidas sobre si próprias terá de considerar a maneira através da qual elas enfrentam as contingências de serem vistas na companhia de outros em particular”. Daí a ambigüidade que se verifica entre a necessidade que os servidores percebem de ganhar maior visibilidade e ao mesmo tempo uma omissão de sua condição por parte deles próprios usando diferentes alegações para tanto.

Já uma separação no âmbito da própria instituição demarca o espaço e as relações com o DC. O prédio administrativo do Instituto-Geral de Perícias fica fisicamente distante do DC, localizado no centro da capital gaúcha. Aqueles que integram a cúpula do instituto estão aí sediados. Por diversas vezes ouvimos menção ao IGP dando a entender, para os menos avisados, que o DC não era parte do referido órgão. Numa tarde, sem ter agendado uma reunião com a Diretora, fomos até a sua sala no DC e perguntamos se ela se encontrava e a resposta daqueles que atuam na ante-sala da Direção foi imediata: a Diretora está em uma reunião no IGP. Conversando com o pessoal do plantão, algumas vezes fizeram referências à necessidade que um servidor tinha de ir até o IGP. No imaginário parece haver uma separação entre o IGP e o DC, esse último não seria um departamento do primeiro, seja pela atuação desse último estar mais na linha de frente, seja, pela distância física e hierárquica em relação aos que estão sediados no prédio que concentra a parte administrativa. Essa interpretação encontra guarida em comentários compartilhados conosco sobre a dificuldade

percebida, por servidores do DC, em relação a quem está ocupando o poder em compreender certas peculiaridades do dia a dia do referido departamento, mas também imediatamente diziam das limitações que o IGP possui em face das interferências de cunho político. A interferência da política também foi apontada por Giovanelli e Souza (2004) como um fator impeditivo para uma maior eficiência nos trabalhos desenvolvidos pela perícia.

A questão da distância espacial pode ser analisada como um descolamento da unidade de origem (Centurião, 2002) por não estar ocupando o mesmo espaço, a ligação identitária com a origem (IGP) passa a ser enfraquecida e o DC passa a ser a identificação mais próxima, onde as interações mesmo que fragmentárias e dispersas efetivamente acontecem.

## **5 Considerações finais**

A construção das identidades pessoais e sociais no DC passa por significações que ora se integram em torno do caráter científico das atividades realizadas e aí a “busca da verdade” serve como mote dessa auto-percepção pessoal e grupal, ora se anula no não reconhecimento de uma identidade grupal em razão do individualismo inerente ao trabalho. Todavia, a não identificação muito provavelmente se deve às inter relações com a sociedade, posto que ao se darem conta de uma possível estigmatização de seus “fazeres”, os servidores omitem a sua vinculação profissional, gerando um círculo vicioso. A ocultação do que fazem não lhes dá visibilidade e nem o reconhecimento aos quais prescindem, embora necessitem, algo que por sua vez impede um sentimento de pertencimento.

Por outro lado essa “não identidade” por eles auto-atribuída talvez esteja associada ao fato da escolha profissional não ter se dado em função das atividades a serem exercidas, mas sim para atender uma necessidade de obter

um emprego ou de granjear estabilidade, algo muito próximo do que Moraes e Paula (2007) encontraram entre os Policiais Rodoviários Federais.

Com a polícia o contraste identitário se dá numa perspectiva real ou imaginária de âmbito moral, em parte para justificar a condição Nós-sujeito em relação a Nós-objeto (Centurião, 2002), sendo que a perícia seria o Nós-objeto, evidenciada pela fala: “éramos uma polícia de segunda classe”, que reagiu atacando moralmente o “Outro”.

Assim, a identidade que emerge de modo positivo é aquela que se dá pela via da ciência, do engajamento da “busca pela verdade, para fazer justiça”, as demais identidades revelam significados negativos reais ou imaginários decorrentes do estigma imputado pela sociedade e pela relação sujeito-objeto construída com a polícia. Tal consideração vai ao encontro das teorizações de Freitas (1999) que advoga em torno da impossibilidade de fazermos referência à identidade sem considerar o grupo, mas a autora também alerta para o fato de que essas referências vão variar de acordo com o tempo e o lugar, evidenciando singularidades e pluralidades das identidades ou como afirma Bauman (2005, p. 19) sobre identidade em tempos de modernidade líquida “sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer, barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As identidades flutuam no ar [...]”.

### **Bibliografía**

- Aldé, Lorenzo. (2003). *Ossos do Ofício: processo de trabalho e saúde sob a ótica dos funcionários do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, março de 2003.
- Barcellos, Jorge Alfredo Pacheco de. As (1999). *Condições e a Organização de Trabalho dos Policiais Militares que Executam o Policiamento Ostensivo:*

*um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado defendida no PPGA – UFRGS.*

Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Becker, Howard S. (1994). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC.

Berger, P. e Luckmann, T. (1997). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.

Bravo, Sierra R. (1976). *Técnicas de investigación social: ejercicios y problemas*. Madrid: Paraninfo.

Bresler, R. (1997). A roupa surrada e o pai: etnografia em uma marcenaria. In: Motta, F. P. e Caldas, M. P. (No dato) *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas.

Centurião Michaelsen, L. R. (2002). *Identidade, Indivíduo & Grupos sociais*. Curitiba: Juruá.

Chizzotti, A. (1995). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez.

Consul, Dal Paz J. C. (1999). *Estilo de Comando das Oficiais da Brigada Militar da Região Metropolitana de Porto Alegre-RS*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGA – UFRGS.

Cruz Neto, O. (1998). O trabalho de campo como descoberta e criação. Minayo, Maria Cecília et alii. *Pesquisa social*. Petrópolis: Vozes.

Freitas, M. E. (1999). *Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?* Rio de Janeiro: FGV.

\_\_\_\_\_. (2000). A questão do imaginário e a fronteira entre cultura organizacional e psicanálise. Motta, Fernando Prestes C. e Freitas, Maria Ester. *Vida psíquica e organização*. Rio de Janeiro: FGV.

- Giovanelli, A. e Souza Ramos, E.(2004). Informação da polícia técnica: paradoxo entre relevância e o descaso. *Revista Rio de Janeiro*, No.12, jan-abr.
- Goffman, E. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gomes, M. L. (2002). *Diferenças entre a Gestão dos Oficiais da Brigada Militar e dos Delegados de Polícia segundo Modelo de Administração Autoritário e Participativo Definido por Likert*. Dissertação de Mestrado defendida no Mestrado Interinstitucional PPGA- UNIVATES.
- Gonçalves Dilli, L. E. (2000). *Análise do Sistema de Avaliação do Programa de Qualidade de uma Organização do Setor Público: o caso da Brigada Militar*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGA - UFRGS.
- Goode, W. J. e Hatt, Paul K. (1960). *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1960.
- Griza, A. (1999). *Polícia, técnica e ciência: o processo de incorporação dos saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, abril.
- Hagen Maduro, A. M. (2005). *O trabalho policial: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Matheus Corbisier, T.(2000). Individualismo e desejo contraditório na formação de grupos. In: Motta, Fernando Prestes C. e Freitas, Maria Ester. *Vida psíquica e organização*. Rio de Janeiro: FGV.
- Medeiros, J. L.(2004). A identidade em questão: notas acerca de uma abordagem complexa. In: DUARTE, Maria Beatriz Balena e MEDEIROS, João Luiz

- (org.) *Mosaico de identidades: interpretações contemporâneas das Ciências Humanas e a temática da identidade*. Curitiba: Juruá.
- Minayo de Souza, M. C.(1998). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, Maria Cecília et alii. *Pesquisa social*. Petrópolis: Vozes.
- (1992). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC – ABRASCO.
- Morais Perdigão de, L. L. e Paula Paes de, A. P..(2008). *Ideologia e identidade Profissional: a Subjetividade e a Construção Social do Policial*. Anais ...V ENEO. Belo Horizonte.
- Santos Filho, José Palominhas Fagundes dos. (2000). *A Brigada Militar e o Exercício da Polícia Ostensiva na Prevenção e no Controle da Criminalidade e da Violência*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGA – UFRGS.
- Toigo Dornelles, M.(2003). Polícia como objeto de estudo: onde está o reconhecimento acadêmico? *Revista Espaço Acadêmico*. No. 25, junho. (<http://www.espacoacademico.com.br> acessado em 25/07/2007)
- Trice M, H. e Beyer, J, (1984) . Studing organizational cultures through rites and ceremonials. *Academy of Management Review*. Mississipi: Mississipi State University, No.4.
- Victoria, C.; Riva Knauth, D.; Hassen, De Nazareth Agra M.(2000). *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo.
- Site do IGP (<http://www.igp.rs.gov.br>) acessado em junho de 2007, julho de 2008 e julho de 2009.
- Site da Secretaria de Segurança Pública (<http://www.ssp.rs.gov.br>) acessado em 18/07/2007.
- Diário Oficial do Estado de 08 de abril de 2002.
- Jornal Correio do Povo.o.